

Cadernos Teologia Pública

Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II

Peter C. Phan

ISSN 1807-0590

ano XI • número 86 • volume 11 • 2014

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUITAS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

**Diálogo inter-religioso:
50 anos após o Vaticano II**

***Inter-religions dialogue:
50 years after Vatican II***

Peter C. Phan
Georgetown University

Resumo

Este ensaio apresenta um levantamento da teologia e da prática do diálogo inter-religioso na Igreja Católica Romana desde o término do Concílio Vaticano II em 1965. Estruturado em torno às perguntas “De onde viemos?”, “Onde estamos atualmente?” e “Para onde vamos?”, o texto parte de uma exposição sobre o olhar da Igreja Católica sobre as outras religiões antes da década de 1960, apresenta os acontecimentos mais notáveis nas relações da Igreja Católica com as outras religiões e as mudanças mais significativas na teologia das religiões dos últimos 50 anos, culminando numa indicação de direções e trajetórias para o diálogo inter-religioso nas primeiras décadas deste terceiro milênio cristão.

Palavras-chave: Igreja, Concílio Vaticano II, diálogo inter-religioso, religiões.

Abstract

This paper presents a survey of the theology and practice of inter-religious dialogue in the Roman Catholic Church since the end of Vatican II in 1965. Structured around the questions “Where do we come from?”, “Where are we now?” and “To where are we going?“, the text part of an exhibition about the perspective of the Catholic Church over other religions before the 1960s, presents the most remarkable events in the Catholic Church relations with other religions and the most significant changes in the theology of religions of the last 50 years, culminating in an indication of directions and trajectories for inter-religious dialogue in the first decades of the third Christian millennium.

Keywords: Catholic Church, Vatican II, interfaith dialogue, religions.

Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II

Peter C. Phan
Georgetown University

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XI – Nº 86 – 2014

ISSN 1807-0590 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Renato Ferreira Machado; Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Profa. Dra. Edla Eggert, Unisinos, doutora em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. MS Maria Helena Morra, PUC Minas, mestre em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Caio Fernando Flores Coelho.

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, – Ano 1, n. 1 (2004)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>> .

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2.Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II¹

Peter C. Phan
Georgetown University

Desde o fim do Vaticano II, tem havido uma verdadeira avalanche de publicações, em praticamente todas as principais línguas do mundo, acerca do concílio em seu conjunto e particularmente da sua Declaração sobre a Relação da Igreja com as Religiões Não Cristãs, conhecida por suas duas primeiras palavras em latim, *Nostra Aetate* [Nossa Época] (NA). Comentários e mais comentários sobre os dezesseis documentos do concílio

1 Esse ensaio foi originalmente a conferência *Nostra Aetate* proferida no dia 3 de abril de 2013. Sou profundamente grato à Saint Edward's University pelo convite para dar essa palestra, que, de acordo com o material de divulgação, “explora os valores inter-religiosos refletidos no pioneiro documento do Vaticano II (1965) que tem o mesmo nome e expressava um compromisso com o diálogo e a compreensão entre tradições religiosas diversas”.

têm sido publicados, como monografias de um único autor ou como coletâneas de vários autores com mais de um volume, dentre as quais merece menção especial o comentário em cinco volumes intitulado *Herders Theologischer Kommentar zum Zweiten Vatikanischen Konzil*². Além disso, foram escritas histórias detalhadas do Concílio, dentre as quais a mais notável é a extensa obra, também em cinco volumes, intitulada *História do Concílio Vaticano II*, editada por Giuseppe Alberigo, do famoso Instituto per le Scienze Religiose de Bolonha, Itália-

2 HÜNERMANN, Peter; HILBERATH, Bernd Jochen. *Herders theologischer Kommentar zum Zweiten Vatikanischen Konzil*. 5 v. Freiburg: Herder, 2004-2006.

lia³. Em seus números recentes, a importante revista em língua inglesa *Theological Studies* publicou uma série de excelentes artigos sobre a história, a interpretação e a recepção do Vaticano II. Até os mais dedicados especialistas em Vaticano II – e mais ainda um historiador amador como eu – estariam mentindo se sustentassem que leram todas as mais importantes publicações sobre o concílio, mesmo que numa só língua europeia.

Apesar dessa abundância de publicações sobre o Vaticano II, continua sendo verdade que – usando um clichê – mal e mal arranhamos sua superfície. Cinquenta anos é um período longo no tempo de vida de uma pessoa e poderá proporcionar perspectiva suficiente para avaliar o legado dela. Porém, dentro da história de uma instituição com dois mil anos de idade, e ainda por cima de uma instituição que, não raro, se move num ritmo glacial, cinco décadas não passa de um pontinho de luz na tela. Normalmente é preciso um lapso de tempo de vários séculos para poder estimar o impacto, especialmente em nível mundial, de um acontecimento tão transformador e complexo como o Vaticano II, que, segundo Karl Rahner, pôs fim à era helenístico-romana ou

constantiniana do cristianismo, de quase dois milênios de duração, e renunciou o que ele chama de “igreja mundial” ou “igreja universal”. Com efeito, assim como os pesquisadores ainda estão debatendo hoje em dia o sentido do que se chama de “igreja pós-tridentina”, quase cinco séculos após o Concílio de Trento (1545-1563), sem dúvida levará centenas de anos até podermos apreender plenamente o impacto global do Vaticano II.

A intenção deste texto não é avaliar o impacto teológico e prático de NA⁴, e muito menos do Vaticano II. Seu escopo é muito mais modesto e limitado, a saber, fazer um levantamento da teologia e prática do diálogo inter-religioso na Igreja Católica Romana desde o término do Vaticano II em 1965 e uma projeção de suas direções futuras. Ele deixa fora de consideração outros organismos cristãos, como o Conselho Mundial de Igrejas, cujas atividades no diálogo inter-religioso têm sido extensas. Meu ensaio sobre o diálogo inter-religioso na Igreja Católica Romana está estruturado em torno de três perguntas: “De onde viemos?”, “Onde estamos atualmente?” e “Para onde vamos?”. Em outras palavras, as três questões que examinaremos são as seguintes. Em primeiro lugar, como a Igreja Católica via as outras religiões em relação a si mesma antes da década de 1960? Em

3 ALBERIGO, Giuseppe (ed.). *History of Vatican II*. 5 v. Ed. em inglês por Joseph A. Komonchak. Louvain: Peeters, 1995-2006; Maryknoll, NY: Orbis, 1995-2006. [N. do T.: Uma edição em português foi publicada no Brasil pela Editora Vozes.]

4 NA: Nostra Aetate.

segundo, quais são os mais notáveis acontecimentos nas relações da Igreja Católica com as outras religiões, e houve quaisquer mudanças significativas em sua teologia das religiões nos últimos 50 anos? Em terceiro lugar, quais serão as direções e trajetórias para o diálogo inter-religioso nas primeiras décadas do terceiro milênio cristão? O que podemos e devemos fazer para construir uma vida comum harmoniosa entre adeptos de diferentes religiões, uma colaboração frutífera entre eles para alcançar um mundo mais justo e pacífico, uma compreensão mutuamente enriquecida de questões teológicas e um compartilhamento mais profundo de experiências religiosas?

De onde viemos?

Desde a alocução do papa Bento XVI à Cúria Romana no dia 22 de dezembro de 2005, tem havido um amplo debate sobre se, afinal – fazendo eco a um livro popular –, “alguma coisa” aconteceu no Vaticano II⁵. Segundo Bento XVI, há duas abordagens hermenêuticas opostas do Vaticano II: a “hermenêutica da descontinuidade e da ruptura” e a “hermenêutica da reforma”. O

papa rejeita a primeira em favor desta última, com sua “combinação de continuidade e descontinuidade”, e, conseqüentemente, opõe-se à popular disjunção entre a igreja “pré-conciliar” e a “pós-conciliar”. Qualquer que seja o partido que se tome nessa questão no tocante ao concílio em seu conjunto, não há qualquer dúvida de que houve, ao menos no que diz respeito à atitude da Igreja Católica para com as outras religiões, uma reviravolta de 180 graus; ou, expressando-o mais moderadamente, há uma “descontinuidade”, uma cesura entre “antes do Vaticano II” e “depois do Vaticano II”. Não há prestidigitação hermenêutica engenhosa que possa transpor o hiato que separa os ensinamentos oficiais sobre as religiões não cristãs dos dois concílios ecumênicos ou gerais, o de Florença (1438-1945) e o Vaticano II (1962-1965).

Em relação ao judaísmo, em sua bula de união com os coptas, o papa Eugênio IV declara “em nome do Senhor, nesta sessão solene, com a aprovação deste sacrossanto concílio ecumênico de Florença, a seguinte doutrina verdadeira e necessária”:

[A sacrossanta Igreja Romana] crê firmemente, professa e ensina que as prescrições legais do Antigo Testamento, isto é, da Lei mosaica, que se dividem em cerimônias, sacrifícios sagrados e sacramentos, mesmo porque instituídas para significar algo futuro, ainda que adequadas ao culto divino daquela época, com a vinda de nosso

5 BENTO XVI, Alocução de Natal à Cúria Romana, 22 de dezembro de 2005. In: *Insegnamento di Benedetto XVI (2005)*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006. v. 1, p. 1018-32.

Senhor Jesus Cristo, por elas significado, cessaram, e que tomaram início os sacramentos do Novo Testamento. Ela ensina que peca mortalmente todo aquele que voltar a pôr, depois da paixão [de Cristo], sua esperança naquelas prescrições legais e as observa como se fossem necessárias à salvação e a fé no Cristo não pudesse salvar sem elas. [A Igreja] não nega, todavia, que, no tempo entre a paixão de Cristo e a promulgação do Evangelho, elas pudessem ser observadas, mesmo que não fossem julgadas necessárias à salvação; depois do anúncio do Evangelho, porém, não podem mais ser observadas sem a perda da salvação eterna.

Todos, portanto, que depois disso observam os tempos da circuncisão, do sábado e de outras disposições da lei, ela os denuncia como estranhos à fé em Cristo, não podendo de todo participar da salvação eterna. A todos, portanto, que se gloriam do nome cristão, ordena absolutamente de acabar com a circuncisão, não importa em que momento, antes ou depois do batismo, seja administrada. Pois não pode ser observada de modo algum – quer alguém coloque nela sua esperança, quer não – sem a perda da salvação eterna.⁶

A bula papal reafirma, na sequência, a impossibilidade de ser salvo fora da sacrossanta Igreja Romana,

⁶ Texto em português em DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas e Loyola, 2007, p. 370s.

uma doutrina que é resumida concisamente no axioma, muitas vezes citado, *extra ecclesiam nulla salus*:

A Igreja crê firmemente, confessa e anuncia que “nenhum dos que estão fora da Igreja católica, não só os pagãos”, mas também os judeus ou hereges e cismáticos, poderá chegar à vida eterna, mas irão para o fogo eterno “preparado para o diabo e para os seus anjos” [Mt 25,41], se antes da morte não tiverem sido a ela reunidos; [ela crê] tão importante a unidade do corpo da Igreja, que só para aqueles que nela perseveraram os sacramentos da Igreja trazem a salvação e os jejuns, as outras obras de piedade e os exercícios da milícia cristã podem obter a recompensa eterna. “Nenhum, por mais esmolas que tenha dado, e mesmo que tenha derramado o sangue pelo nome de Cristo, poderá ser salvo se não permanecer no seio e na unidade da Igreja católica.”⁷

Entre 4 de fevereiro de 1442, quando a bula do papa Eugênio foi promulgada no Concílio de Florença, e 28 de outubro de 1965, quando NA foi solenemente promulgada no Vaticano II, com a dissensão de apenas 88 dos 2.312 bispos votantes, oceanos passaram debaixo da ponte eclesiástica, fazendo com que o vinho do exclusivismo rigorista do Concílio de Florença ficasse muito diluído. Os teólogos e o magistério oficial da igreja, em-

⁷ *Ibid.*, p. 372.

bora professando que Cristo é o salvador singular e universal, e a igreja, o sacramento da salvação, tentaram, especialmente após a descoberta da América, da Ásia e da África, encontrar formas de explicar a possibilidade de salvação para suas enormes populações não batizadas. Numerosas teorias foram propostas para defender a possibilidade de salvação eterna das pessoas não batizadas, desde a era patrística, passando pelos primórdios da modernidade, até o século XX da era cristã, postulando a existência de realidades como, por exemplo, as sementes da Palavra (*logoi spermatikoi*) disseminadas por toda a história humana, uma revelação interior especial de Deus aos indivíduos no momento de sua morte ou logo depois dela, revelação geral e universal, fé implícita, batismo de desejo, ignorância insuperável e cristianismo anônimo, para citar as bem conhecidas.

Mesmo que se apoie a hermenêutica da reforma e sustente que houve apenas um “desenvolvimento” da doutrina, um processo de evolução doutrinária caracterizado por continuidade na descontinuidade, e não uma mudança total de opinião ou uma ruptura, de Florença até o Vaticano II, no ensino da Igreja Católica sobre sua relação com as religiões não cristãs, ainda assim não se pode deixar de perceber a novidade do ensinamento do Vaticano II sobre esse assunto. Ironicamente, foram tradicionalistas católicos como os

seguidores do arcebispo Marcel Lefebvre (1905-1991), e não liberais teológicos, que perceberam com a maior clareza a mudança radical entre o ensino tradicional de que não há salvação fora da igreja e a afirmação do Vaticano II sobre as religiões não cristãs em NA. Na opinião deles, o Vaticano II contradiz o ensinamento do Concílio de Florença, cuja infalibilidade está inequivocamente sinalizada na solene expressão introdutória: “[A sacrossanta Igreja Romana] crê firmemente, professa e ensina”. É altamente provável que, ao optar pela hermenêutica da reforma, o papa Bento XVI estivesse tentando convencer – em vão, até agora – os lefebvristas de que deveriam aceitar o ensino do Vaticano II porque, contrariamente à interpretação deles, o concílio não fez mudanças doutrinárias.

Para avaliar se o Vaticano II fez uma mudança, como experimento ideativo, vamos comparar e contrapor o texto acima citado do Concílio de Florença que reafirma que “nenhum dos que estão fora da Igreja Católica, não só os pagãos”, e tampouco judeus, heréticos ou cismáticos, podem participar da salvação eterna, mas irão “para o fogo eterno ‘preparado para o diabo e seus anjos’”, com as seguintes três afirmações do Vaticano II.

O primeiro texto é da Constituição Dogmática sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), n. 16:

Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus. Em primeiro lugar, aquele povo que recebeu a aliança e as promessas, e do qual nasceu Cristo segundo a carne (cfr. Rom. 9, 4-5), povo que segundo a eleição é muito amado, por causa dos Patriarcas, já que os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis (cfr. Rom. 11, 28-29). Mas o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e conosco adoram o Deus único e misericordioso, que há de julgar os homens no último dia. E o mesmo Senhor nem sequer está longe daqueles que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem; já que é Ele quem a todos dá vida, respiração e tudo o mais (cfr. Act. 17, 25-28) e, como Salvador, quer que todos os homens se salvem (cfr. 1 Tim. 2,4). Com efeito, aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna. Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida reta. Tudo o que de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como preparação para recebe-

rem o Evangelho, dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a vida.⁸

O segundo texto é do Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja (*Ad Gentes*), n. 9:

Pela palavra da pregação e pela celebração dos sacramentos, de que a Eucaristia é o centro e a máxima expressão, [a atividade missionária] torna presente a Cristo, autor da salvação. Por outro lado, tudo o que de verdade e de graça se encontrava já entre os gentios como uma secreta presença de Deus, expurga-o de contaminações malignas e restitui-o ao seu autor, Cristo, que destrói o império do demônio e afasta toda a malícia dos pecados. O que de bom há no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e culturas próprias dos povos, não só não se perde, mas é purificado, elevado e consumado para glória de Deus, confusão do demônio e felicidade do homem.⁹

O terceiro texto é de NA, n. 2:

A Igreja Católica nada rejeita do que nessas religiões [sc. religiões primais, hinduísmo e budismo] existe de

8 Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 18 jan. 2014.

9 Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html>. Acesso em: 18 jan. 2014.

verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas. Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que entre eles se encontram.¹⁰

Por qualquer padrão, houve – para empregar uma expressão usada em excesso, mas perfeitamente acurada neste caso – uma “mudança de paradigma” entre Florença e o Vaticano II. Você pode chamá-la de “evolução” ou “revolução”, como preferir. Mas não há dúvida de que Florença é de onde viemos, e o Vaticano II é aonde chegamos. Foi uma jornada de mais de 500 anos, não em linha reta, mas em zigzague, com muitos desvios e estradas secundárias. Como destino, o

Vaticano II representa não apenas um novo lugar, mas também um “evento”, marcado por uma profunda conversão e transformação intelectual e espiritual, bastante inesperada para os milhares de padres conciliares que tinham sido ensinados na antiga teologia exclusivista das religiões de Florença. A importância do Vaticano II não pode ser medida simplesmente por seu *corpus* literário de dezesseis documentos, contendo um total de mais de 100 mil palavras, mas também como um acontecimento produzido pelo Espírito Santo que soprou vida nova nos ossos velhos da cegueira e arrogância que tinham impedido os cristãos de reconhecer as “sementes da Palavra”, “elementos de verdade e graça” e o “raio da verdade que ilumina todos os seres humanos” naquelas pessoas que chamavam de “pagãos” e condenavam ao “fogo eterno preparado para o diabo e seus anjos”.

Onde estamos atualmente?

Para que não se pense que a nova atitude de respeito da igreja e o incentivo a “reconhecer, conservar e promover os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que se encontram entre os não cristãos” seja o resultado de uma pauta fácil e bem planejada do concílio, precisamos lembrar que NA, nas palavras do car-

¹⁰ Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html>. Acesso em: 18 jan. 2014.

deal Franz König, que sabia sobre o que estava falando, “quase não aconteceu” e que foi “quase um milagre que tenha chegado a ser aprovada”¹¹. Não há necessidade aqui de relatar detalhadamente a atribulada história de cinco anos de NA – desde seu início em setembro de 1960 até sua aprovação em outubro de 1965 –, que foi bem contada por Thomas Stransky, um membro da equipe do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, a organização que era responsável não só pela unidade ecumênica, mas também pela chamada “questão judaica”¹².

Basta lembrar que a primeira versão do texto, do Secretariado para os Judeus, não foi sequer recebida pela Comissão Teológica para sua consideração pela razão de ser puramente “pastoral”. Sua segunda versão, intitulada *De Judaeis*, foi retirada da pauta do concílio em 1961 por causa da pressão dos Estados árabes. Em 1964, um texto revisado e atenuado, do qual fora removida a afirmação de que os judeus não são culpados de deicídio, chegou até a assembleia do concílio para receber comentários gerais. Houve objeções ao texto por parte de três grupos diferentes, cada um com suas pró-

prias razões. O primeiro, o grupo conservador *Coetus Internationalis Patrum*, rejeitou-o por deixar de reafirmar que a antiga aliança de Deus com os judeus foi substituída pela Nova Aliança. O segundo grupo, composto pelos patriarcas e bispos das Igrejas Católicas Orientais do Oriente Médio, fez objeções vigorosas ao texto porque, em sua percepção, ele favorecia o Estado de Israel. O terceiro grupo, formado pelos bispos asiáticos e africanos, sustentou que ele era insatisfatório por deixar de mencionar religiões que não o judaísmo. Também houve uma forte pressão para descartar o texto como documento à parte e para amalgamar seu conteúdo em outros documentos conciliares.

Para fazer frente a essas objeções, produziu-se outro texto revisado, agora com o título “Declaração sobre a relação da igreja com as religiões não cristãs”. Ele é de longe o mais breve documento do Vaticano II, contendo apenas 41 frases em cinco parágrafos. Apesar de sua brevidade, NA ou, mais precisamente, seu ensinamento sobre as religiões não cristãs se tornou, de modo bastante improvável, um dos mais influentes documentos do Vaticano II e teve um impacto extraordinário até mesmo para além dos limites da própria Igreja Católica. Seus cinco parágrafos podem ser resumidos rapidamente. O primeiro indica o fundamento teológico para o diálogo inter-religioso, a saber, a origem e o destino comuns da

11 KÖNIG, Franz. “It Must Be the Holy Spirit”. *The Tablet*, 21/28, p. 6, 2002.

12 STRANSKY, Thomas. *The Genesis of Nostra Aetate*. *America*, p. 1-4, 24 out. 2005.

humanidade em Deus. O segundo fala das religiões primais, do hinduísmo e do budismo. O terceiro expõe o islã. O quarto, que é o mais longo, trata do judaísmo. O quinto reprova (a palavra “condena” foi retirada) qualquer forma de discriminação contra qualquer indivíduo ou grupo. O resto, como se costuma dizer, é história.

Mas a história pós-*Nostra Aetate*, onde estamos agora, tem sido longe de retilínea. É impossível reconstituir, dentro de um espaço breve, a trajetória tortuosa, porém irreversível, do diálogo inter-religioso nos últimos 50 anos. Ela perpassa os pontificados muito diferentes de Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI. No que se segue, para descrever o lugar em que nos encontramos atualmente no diálogo inter-religioso, primeiro lembro alguns gestos dramáticos por parte dos três papas mencionados que expressam eloquentemente suas preocupações com o diálogo inter-religioso. Em segundo lugar, menciono alguns dos documentos significativos do magistério sobre esse tema. Em terceiro, examino uma área em que o diálogo inter-religioso tem sido muito bem-sucedido. Em quarto lugar, esboço recentes teologias católicas das religiões e do diálogo inter-religioso. Em quinto, aponto algumas importantes áreas problemáticas em que o diálogo inter-religioso necessita de um avanço.

Gestos falam mais alto do que palavras, e isso é especialmente válido onde as relações têm sido marca-

das por desconfiança, desprezo e até guerra e violência. Um aperto de mãos, um sorriso, um beijo ou simplesmente uma visita amistosa podem apagar séculos de hostilidade e ódio mútuo. Paulo VI foi o primeiro papa a visitar a Índia e a citar uma oração do upanixade *Brihadaranyaka* I, 3, 28, que, diz ele, está “tão cheia do espírito do Advento”: “Guia-me do irreal para o real; guia-me das trevas para a luz; guia-me da morte para a imortalidade”. Ele também estabeleceu o Secretariado para os Não Cristãos, mais tarde chamado Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso. Talvez, dos três papas, João Paulo II seja o que melhor entendeu o poder de gestos simbólicos e os usou de maneira extremamente habilidosa, e de fato ele fez mais pelo diálogo inter-religioso do que todos os papas anteriores juntos. Dentre seus muitos gestos proféticos, podem-se destacar sua visita à sinagoga de Roma, sua convocação do Dia Mundial de Oração pela Paz em Assis, seus muitos encontros com budistas e muçulmanos, sua visita à Terra Santa e a colocação de uma oração numa fenda do Muro Ocidental suplicando a Deus que perdoasse aos cristãos por seus pecados contra os judeus. O papa Bento XVI, reconhecidamente mais reservado do que seu predecessor imediato, não deixou, mesmo assim, de fazer gestos simbólicos próprios, especialmente para com judeus e muçulmanos, o que é atestado por suas

visitas ao Muro Ocidental e à Auschwitz, à Mesquita Azul na Turquia, ao Domo da Rocha e à Mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém.

Esses gestos dramáticos são apoiados por uma grande quantidade de documentos do magistério sobre diálogo inter-religioso, mais numerosos nas últimas cinco décadas do que em toda a história anterior da igreja. Dentre os textos de Paulo VI sobre o diálogo, o mais significativo é sua encíclica *Ecclesiam Suam* (1964). Os escritos prolíficos de João Paulo II que tiveram uma incidência enorme sobre o diálogo inter-religioso incluem suas encíclicas *Redemptor Hominis* (1979), *Dominum et Vivificantem* (1986) e *Redemptoris Missio* (1990). Bento XVI escreveu extensamente sobre o diálogo inter-religioso antes de sua eleição para o papado. O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso tem sido muito atuante, e, dentre seus muitos documentos, o mais notável é *Diálogo e anúncio: reflexões e orientações para o diálogo inter-religioso e o anúncio do evangelho de Jesus Cristo*, que o conselho emitiu em conjunto com a Congregação para a Evangelização dos Povos em maio de 1991. Das conferências episcopais, não há dúvida de que a Federação das Conferências dos Bispos da Ásia tem sido, por causa da situação plurirreligiosa da Ásia, a mais ativamente engajada no diálogo inter-religioso, especialmente através de seu Escritório de Assuntos Ecu-

mênicos e Inter-Religiosos, e tem publicado inumeráveis declarações sobre esse tema.

Entre os diálogos que a Igreja Católica empreendeu com várias religiões nas últimas cinco décadas, o diálogo judaico-católico é, sem sombra de dúvida, o mais amplo e o mais bem-sucedido. Depois de seu encontro com o historiador judaico francês Jules Isaac em junho de 1960, o papa João XXIII estava determinado a pôr fim ao “ensino do desprezo” que estivera inserido na tradição cristã, e *Nostra Aetate* é essencialmente seu legado. Em 1974, o papa Paulo VI estabeleceu a Pontifícia Comissão para as Relações com os Judeus, que agora funciona dentro do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Sob o papa João Paulo II, foi emitida uma série de documentos, sendo os mais notáveis dentre eles *Diretrizes e sugestões para a aplicação da Declaração Conciliar Nostra Aetate n. 4* (1974), *Notas sobre uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica* (1985), *Nós recordamos: uma reflexão sobre o Shoah* (1998) e *O povo judeu e suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã* (2001). Em resposta às iniciativas católicas pelo diálogo, várias organizações e líderes judaicos têm participado de um grande número de diálogos bíblicos e teológicos com católicos. Em 2002, um documento intitulado *Dabru Emet – Falar a verdade: uma declaração*

judaica sobre os cristãos e o cristianismo foi emitido e assinado por mais de 220 rabinos e intelectuais de todos os ramos do judaísmo. Uma resposta a ele por parte de muitos pesquisadores cristãos foi publicada no mesmo ano sob o título *Uma obrigação sagrada: repensar a fé cristã em relação ao judaísmo e ao povo judaico*.

Também os teólogos, muitos dos quais são católicos, têm sido extremamente produtivos na elaboração de uma teologia cristã das religiões responsiva à situação de pluralismo religioso de nossa época e conducente a um diálogo frutífero entre as religiões. Talvez o mais útil resumo dessas teologias tenha sido oferecido pelo teólogo católico Paul Knitter. Ele amplia a tripla tipologia comum de exclusivismo e inclusivismo das teologias contemporâneas das religiões diferenciando quatro tipos básicos, que chama de modelos de “substituição”, “consumação”, “mutualidade” e “aceitação”. O primeiro reafirma que o cristianismo é a única religião verdadeira e que ele substituirá, total ou parcialmente, todas as outras religiões, que são consideradas basicamente tentativas pecaminosas de autossalvação da humanidade. O segundo, embora refirme o cristianismo como a única religião verdadeira, reconhece a presença de elementos de verdade e graça em outras religiões e defende uma complementaridade mútua, ainda que não igual, entre o cristianismo e outras religiões através do diálogo. O

terceiro modelo sustenta que há muitas religiões verdadeiras, nenhuma das quais é necessariamente superior às outras, que são, todas elas, conclamadas ao diálogo e à colaboração umas com as outras, especialmente em projetos de libertação, a fim de realizar sua verdadeira natureza. O quarto acentua a diversidade das religiões e se recusa a buscar um terreno comum entre elas, urgindo, antes, cada religião a fomentar suas próprias metas e práticas¹³. Este não é o lugar para julgar entre esses quatro modelos, exceto dizer que eles são modelos, ou seja, são dispositivos heurísticos úteis, e não paradigmas mutuamente excludentes, para distinguir várias tendências teológicas e localizar onde um teólogo individualmente ou uma igreja se situa.

Esse relato feito até agora do diálogo inter-religioso na Igreja Católica durante os últimos 50 anos talvez sugira que não tenha havido outra coisa do que progresso à frente, suavidade e luz. Nada poderia estar mais longe da verdade. Não se precisa ser um ranheta teológico para dizer que no diálogo inter-religioso e também em seu primo, o diálogo ecumênico, parece ter havido, especialmente em anos recentes, uma dança que consiste de um passo para a frente e dois para trás, uma espécie

13 Cf. KNITTER, Paul. *Introdução às teologias das religiões*. São Paulo: Paulinas, 2008.

de “reforma das reformas”, uma pauta restauracionista para a igreja como um todo. Isso se aplica especialmente ao diálogo inter-religioso, em que o perigo da “ditadura do relativismo” é mais agudamente percebido e muitas vezes denunciado.

Mais uma vez, não é viável listar todos os acontecimentos que têm laivos de um entrincheiramento doutrinal. Vou mencionar apenas alguns dos mais óbvios. Em primeiro lugar, nada atrai mais um escrutínio cuidadoso da Congregação para a Doutrina da Fé do que obras que contenham as expressões “pluralismo religioso” e “inter-religioso” em seu título, e recentemente houve vários pequenos e grandes disciplinamentos de teólogos que procuram expandir as fronteiras teológicas nesse campo. Em segundo, há a Declaração Dominus Iesus sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja (2000), cuja afirmação de que, do ponto de vista objetivo, os não cristãos estão numa situação gravemente deficiente provocou uma onda de protestos. Em terceiro lugar, temos a palestra do papa Bento XVI na Universidade de Regensburg em setembro de 2006. A citação, por parte do papa, da afirmação do imperador bizantino Manuel II Paleologus – “Mostre-me o que Maomé trouxe de novo e encontraremos apenas coisas más e desumanas, como a ordem para espalhar pela espada a fé que ele pregava”

– provocou atos violentos de retaliação por parte de alguns muçulmanos. Em quarto lugar, há a revogação da excomunhão, em 2009, do bispo Richard Williamson, um seguidor de Lefebvre que nega o Holocausto. Em quinto lugar, em 2008, o papa Bento XVI reformulou a oração pelos judeus na missa tridentina da Sexta-Feira Santa, que diz agora o seguinte: “Oremos também pelos judeus, que Deus, nosso Senhor, ilumine os seus corações, para que reconheçam Jesus Cristo como o salvador de todas as pessoas. (Oremos. Dobrai os joelhos. Levantai-vos.) Onipotente e eterno Deus, que queres que todas as pessoas sejam salvas e cheguem a reconhecer a verdade. Concede benignamente que, enquanto a plenitude dos povos entra na Tua Igreja, todo o Israel seja salvo. Por Cristo, nosso Senhor. Amém.” É compreensível que essa oração pela conversão dos judeus, por mais bem intencionada que seja, cause ansiedade entre os judeus e tenha ocasionado o protesto da Liga Antidifamação.

Esses documentos e ações por parte do magistério tiveram, sem dúvida, o efeito de uma ducha de água fria nos esforços do diálogo inter-religioso. Por outro lado, também serviram para salientar áreas e questões em que o diálogo inter-religioso precisa de uma reflexão mais profunda para avançar, e é para isso que me volto na parte final deste ensaio.

Para onde vamos?

Meu foco será primordialmente teológico, e não pastoral e organizacional. Ainda assim, é natural ficar curioso e perguntar que direção e trajetória o diálogo inter-religioso tomará sob o papado de Francisco. Irei mencionar primeiro três questões teológicas que, em minha opinião, precisam ser mais exploradas para romper o atual impasse no diálogo inter-religioso e impulsioná-lo para a frente e irei terminar com um pouco de cristologia sobre o futuro dele sob o papa Francisco.

A primeira questão teológica a ser considerada é a teologia do Espírito (pneumatologia). Ao contrário de muitos teólogos, venho sugerindo há muito tempo que o diálogo inter-religioso não comece com Jesus Cristo, mas com o Espírito¹⁴. Nesse sentido, concordo inteiramente com o teólogo irlandês Dermot Lane, que, em seu recente livro intitulado *Stepping Stones to Other Religions: A Christian Theology of Inter-Religious Dialogue*, urge que construamos uma teologia do Espírito Santo como fundamento para o diálogo inter-religioso¹⁵. Seu argu-

mento é principalmente bíblico, isto é, ele mostra como o Primeiro e o Segundo Testamentos testemunham a presença disseminada do Espírito Santo antes de Jesus, em Jesus, depois de Jesus, fora de Jesus, mas não em oposição a ele. Embora eu concorde inteiramente com Lane, meu argumento é mais inter-religioso do que bíblico. Ou seja, em vez de partir do fato particular, espacial e temporalmente condicionado e situado de Jesus e então passar a sustentar sua universalidade espacial e temporal – um procedimento lógico em última análise não convincente –, sugiro que partamos de uma realidade universal que é atestada em toda a amplitude, profundidade e altitude da história humana (e não só em tradições religiosas). Essa realidade universal é, em toda parte, chamada de “Espírito” ou de qualquer outro termo cognato, que, naturalmente, as pessoas cristãs estão justificadas em particularizar e historicizar como o “Espírito de Cristo” e como a “Terceira Pessoa” da Trindade. Esse “Espírito” não é apenas outro “nome” ou “modo” de Deus, da divindade, do divino, do Absoluto, do Transcendente, do Real, mas a manifestação concreta, e não obstante espacial e temporalmente universal, de maneiras pessoais e impessoais, de “Deus” na criação e na história, e, por conseguinte, distinto de “Deus”.

A segunda área é a cristologia, e, em qualquer diálogo inter-religioso genuíno, os cristãos devem dar

14 Cf. meu mais recente artigo: PHAN, Peter C. L'Esprit Saint comme fondement du dialogue interreligieux. In: BLÉE, Fabrice; PEELMAN, Achiel (eds.). *Le Dialogue Interreligieux: interpellations théologiques contemporaines*. Montréal: Novalis, 2013, p. 21-41.

15 LANE, Dermot A. *Stepping Stones to Other Religions: A Christian Theology of Inter-Religious Dialogue*. Maryknoll, NY: Orbis, 2011.

testemunho de Jesus. Entretanto, uma das pedras de tropeço em diálogos com pessoas não cristãs é o que *Dominus Iesus* chama de “unicidade” e “universalidade salvífica” de Jesus como salvador. Como profissão de fé, uma reivindicação de unicidade e universalidade a respeito do salvador de uma pessoa (Jesus) e até da religião dela (cristianismo) não deveria causar dificuldade nem escândalo, contanto que esteja claro que se trata de uma reivindicação de fé, com igual ênfase em “reivindicação” e em “fé”, e não de um argumento racional em favor de um fato empírico, cientificamente verificável. Os muçulmanos e budistas, ou, aliás, qualquer outra pessoa crente, teriam o mesmo direito de fazer a mesma reivindicação de fé em favor de seus fundadores e suas religiões. A questão não é se tal reivindicação poderia ou deveria ser feita, mas se ela é exclusiva ou não. Em resposta a isso, poder-se-ia dizer, com Jacques Dupuis, que Jesus, por ser plenamente humano, tinha uma consciência necessariamente limitada e, neste sentido, incompleta e inacabada do Mistério Absoluto que é Deus. Em decorrência disso, Jesus só podia manifestar a Deus de uma maneira humana, isto é, limitada e incompleta e inacabada. Isso, então, deixa aberta a possibilidade de que outras pessoas manifestem a Deus de maneiras diferentes daquela de Jesus. Para fortalecer esse argumento se poderia apontar para o fato de que a pesquisa bíblica recente tem enfa-

tizado o caráter judaico de Jesus. Não é preciso dizer que o fato de Jesus ter sido e sempre permanecer judeu serve de terreno comum indispensável e frutífero para o diálogo entre cristãos e judeus.

A terceira área para uma reflexão teológica ulterior é a igreja e sua missão. Muita discussão se concentrou, recentemente, na pergunta se deveria haver missão aos judeus uma vez que a aliança que Deus fez com eles, como nos lembrou vigorosamente o papa João Paulo II, nunca foi revogada e permanece eternamente válida. Outra forma de formular a questão é perguntar se há apenas uma aliança ou muitas alianças, ou ao menos duas, com os judeus e com Jesus. Mais uma vez, é útil lembrar que a pesquisa bíblica recente tem mostrado que o movimento de Jesus começou como um movimento reformista dentro do judaísmo do segundo templo e foi só gradativamente, por várias razões, das quais a maioria não teológicas, que cada um seguiu seu próprio caminho, até que ambos se tornaram “religiões” separadas e, durante muito tempo, mutuamente hostis. Talvez, ao redescobrir o caráter judaico de Jesus e a origem e o caráter do cristianismo como movimento reformista judaico, a questão da missão aos judeus perca suas arestas. Mas a mesma coisa deve ser dita a respeito de outras religiões, de modo análogo, é claro, se o Espírito (e não simplesmente o Espírito de Cristo) já está presente e atuante

em toda a história humana antes, depois e para além de Jesus e da igreja. Então, o alvo da missão não é proclamar, converter, batizar e incorporar os chamados não crentes na igreja, mas trabalhar com eles no e com o Espírito pela vinda do reinado de Deus. Não há mais *missio ad gentes*, mas *missio inter gentes e cum gentibus*.

Estou profundamente consciente de que toquei em questões teológicas amplas e controvertidas, e a falta de tempo não permite uma argumentação detalhada que apoie minhas concepções. Não obstante, estou convicto de que o atual bloqueio no diálogo inter-religioso não pode ser superado a menos que sejam empreendidas algumas orientações teológicas semelhantes às que esbocei.

Permitam-me, agora, terminar fazendo um pouco de cristalomania sobre o futuro do diálogo inter-religioso sob o pontificado de Francisco. Gostaria de começar dizendo que, feliz ou infelizmente, o papa Francisco, diferentemente de seu predecessor imediato, não deixou uma longa lista de textos. Ao que me consta, sua única obra teológica notável é um livro dele em coautoria com o rabino Abraham Skorka intitulado *Sobre o céu e a terra* (São Paulo: Paralela, 2013), ao qual voltarei. Ele também não tem a pretensão, acho eu, de ser teólogo ou filósofo. É muito provável que ele não vá gastar muito tempo redigindo tomos teológicos eruditos. Até agora, suas pregações e seus discursos felizmente não contêm

referências eruditas. Talvez a situação atual da igreja exija um carisma diferente da erudição teológica.

Mas o que lemos e ouvimos sobre o cardeal Jorge Bergoglio e agora o papa Francisco é animadoramente encorajador para o diálogo inter-religioso. No livro acima mencionado, o cardeal Bergoglio escreveu: “O diálogo nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de uma convicção de que a outra pessoa tem algo bom a dizer. Ele pressupõe que haja espaço no coração para o ponto de vista, a opinião e proposta da outra pessoa. Dialogar implica uma recepção cordial, não uma condenação prévia. Para dialogar é necessário saber baixar as defesas, abrir as portas da casa e oferecer calor humano”¹⁶. Respeito, coração, recepção, abertura, calor humano – todas as coisas que tornam o diálogo possível e frutífero.

Em sua primeira conversa com a mídia, o papa Francisco reconheceu que na plateia havia pessoas que não compartilham da fé católica e cristã ou não têm fé nenhuma. Ele não quis impor sua bênção a elas, mas optou, em vez disso, por rezar por elas no silêncio de

16 BERGOGLIO, Jorge Mario; SKORKA, Abraham. *On Heaven and Earth*. New York: Image, 2013, p. xix. Cf. também RUBIN, Sergio; AMBROGETTI, Francesca. *Pope Francis: His Life in His Own Words*. New York: G. P. Putnam's Sons, 2013, p. 135-45, sobre o que Bergoglio chama de “cultura da cooperação”.

seu coração. Mais uma vez, respeito, coração, recepção, abertura, calor humano.

Há uma outra informação pequena mas interessante sobre a vida do ex-arcebispo de Buenos Aires que irei mencionar com temor e tremor porque não posso confirmar independentemente sua veracidade e porque, se for verdadeira, é realmente explosiva. Alasdair Baverstock noticiou no *Telegraph* (15 mar. 2013) que o então cardeal Bergoglio ficou insatisfeito com o discurso do papa Bento XVI em Regensburg e disse para *Newsweek Argentina*: “A declaração do papa Bento não reflete minhas opiniões. Essas declarações vão servir para destruir em 20 segundos a construção cuidadosa de um relacionamento com o Islã que o papa João Paulo II construiu ao longo dos últimos 20 anos”.

Sobre o que temos certeza absoluta, entretanto, é a maneira como Bergoglio escolheu o nome de Francisco. Falando aos meios de comunicação, ele disse que, quando obteve 77 votos, o número necessário para ser eleito papa, seu amigo cardeal Cláudio Hummes, arcebispo emérito de São Paulo, inclinou-se para congratulá-lo e lhe disse: “Lembre-se dos pobres”. Bergoglio escolheu o nome Francisco porque quer seguir *Il Poverello* para ser pobre e servir aos pobres.

Mas há outra história na vida de São Francisco que é auspiciosa para o diálogo inter-religioso. Em

1219, S. Francisco e o Irmão Illuminato acompanharam os exércitos da Europa ocidental para Damietta, no Egito, durante a Quinta Cruzada. Francisco tentou persuadir os Cruzados a não atacar os muçulmanos na Batalha de Damietta, mas fracassou. Após a derrota dos exércitos ocidentais, ele cruzou a linha de batalha com o Irmão Illuminato, foi preso e levado até o sultão Malek al-Kamil. Após uma tentativa inicial por parte de Francisco e do sultão de converter um ao outro, ambos se deram rapidamente conta de que o outro já conhecia e amava a Deus. Francisco e Illuminato ficaram com al-Kamil e seu mestre sufi Fakhr ad-din al-Farisi durante 20 dias, discutindo sobre a oração e a vida mística. Quando Francisco partiu, al-Kamil lhe deu uma corneta de marfim, que ainda está preservada na cripta da Basílica de São Francisco em Assis.

Esse encontro entre Francisco e Malek al-Kamil é um paradigma para o diálogo inter-religioso em nossa época. Apesar de diferenças na religião, as pessoas podem encontrar terreno comum em suas experiências de Deus. O diálogo exige que verdadeiramente escutemos a outra pessoa; mas, para ter condições de fazer isso, precisamos primeiramente ver a outra pessoa como um ser humano, que é amado por Deus e deve ser respeitado por nós. Não há outro caminho para a paz tanto no século XII quanto no século XXI.

Cadernos Teologia Pública: temas publicados

- N. 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 – *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 – *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 – *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 – *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 – *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 – *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel

- N. 22 – *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 – *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 – *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 – *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 – *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 – *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 – *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 – *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 – *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 – *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 – *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 – *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 – *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 – *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 – *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 – *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 – *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 – *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 – *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 – *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 – *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 – *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 – *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 – *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 – *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 – *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 – *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels

- N. 49 – *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 – *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudo, SJ
- N. 51 – *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 – *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 – *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 – *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 – *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 – *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 – *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 – *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 – *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 – *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 – *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 – *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 – *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 – *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 – *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 – *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 – *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 – *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 – *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 – *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 – *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 – *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 – *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 – *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haigh
- N. 75 – *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan

- N. 76 – *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 – *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 – *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 – *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 – *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 – *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 – *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 – *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 – *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 – *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo



Peter C. Phan é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma e doutor em Filosofia pela Universidade de Londres, instituição na qual também obteve doutorado em Teologia Pastoral. Publicou diversas obras sobre vários aspectos da teologia, traduzidas em italiano, alemão, francês, espanhol, polonês, chinês, japonês e vietnamita. É o atual titular da Cátedra Ignacio Ellacuría de Pensamento Social Católico da Universidade de Georgetown. Além disso, já lecionou na Universidade de Dallas, na Catholic University of America de Washington e no Union Theological Seminary de Nova Iorque, dentre outros. Em 2010 foi homenageado com o prêmio John Murray Courtney, a mais alta honraria concedida pela Sociedade Teológica Católica da América, por seu “extraordinário e distinto êxito em Teologia”.

Algumas publicações do autor

PHAN, Peter C. *The Cambridge Companion To The Trinity*. Cambridge University Press, 2011.

_____. “O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas”. In *Cadernos Teologia Pública*, edição n. 38, ano V, São Leopoldo, 2008.

_____. *In Our Own Tongues: Perspectives from Asia on Mission and Inculturation*. Orbis Books, Maryknoll: New York, 2003.

_____. *Christianity With an Asian Face: Asian American Theology in the Making*. Orbis Books, Maryknoll: New York, 2003.